

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º semestre de 2015

Cuiabá, 14 de agosto de 2015 - A Administração da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Mato Grosso" ou "Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre (2T15) e dos primeiros seis meses de 2015 (6M15).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Mato Grosso é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.292 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,2 milhões de habitantes em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, em uma área de 903.378 Km².

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre de 2015 e 2014:

Descrição	6M15	6M14	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	2.739,4	1.855,6	+ 47,6
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.542,3	1.727,3	+ 47,2
Receita Operacional Líquida	1.644,1	1.313,0	+ 25,2
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.447,0	1.184,7	+ 22,1
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	127,4	59,3	+ 114,8
EBITDA	182,3	116,4	+ 56,6
EBITDA Ajustado	206,3	133,0	+ 55,1
Resultado financeiro	(48,4)	(83,4)	- 42,0
Lucro Líquido	52,0	(16,0)	-
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	12,5	10,1	+ 2,4 p.p
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.292,1	1.243,1	+ 3,9
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	3.288,0	3.121,6	+ 5,3
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	4.335,9	3.848,2	+ 12,7
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	13,60	14,08	- 0,48 p.p
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	Variação %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	4.521,3	4.402,9	+ 2,7
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	372,8	681,6	- 45,3
Patrimônio Líquido	1.369,0	1.317,1	+ 3,9
Endividamento Líquido (vide item 2.6)	1.437,4	1.292,4	+ 11,2

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 Desempenho financeiro

2.1 Receita operacional bruta e líquida

Em 6M15, a Energisa Mato Grosso apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.542,3 milhões, ante R\$ 1.727,3 milhões registrados em 6M14, aumento de 47,2% (R\$ 815,0 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 22,1% (R\$ 262,3 milhões) no período, para R\$ 1.447,0 milhões. A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	1.213,5	765,6	+ 58,5	2.146,1	1.412,2	+ 52,0
✓ Residencial	438,0	280,8	+ 56,0	782,7	523,9	+ 49,4
✓ Industrial	224,8	142,8	+ 57,4	371,1	255,7	+ 45,1
✓ Comercial	304,4	197,8	+ 53,9	533,4	371,3	+ 43,7
✓ Rural	115,1	71,0	+ 62,1	238,1	128,0	+ 86,0
✓ Outras classes	131,2	73,2	+ 79,2	220,8	133,3	+ 65,6
(+) Suprimento de energia elétrica	89,2	59,4	+ 50,2	193,7	122,2	+ 58,5
(+) Fornecimento não faturado líquido	(7,8)	7,3	-	41,8	17,9	+ 133,5
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	52,5	35,6	+ 47,5	89,8	64,1	+ 40,1
(+) Receitas de construção	122,9	70,7	+ 73,8	197,1	128,3	+ 53,6
(+) Outras receitas	96,6	66,0	+ 46,4	70,9	110,9	- 36,1
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	1.566,9	1.004,6	+ 56,0	2.739,4	1.855,6	+ 47,6
(-) Impostos sobre vendas	(415,2)	(277,0)	+ 49,9	(728,2)	(509,3)	+ 43,0
(-) Encargos setoriais	(260,5)	(18,6)	+ 1.300,5	(367,1)	(33,3)	+ 1.002,4
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	891,2	709,0	+ 25,7	1.644,1	1.313,0	+ 25,2
(-) Receitas de construção	(122,9)	(70,7)	+ 73,8	(197,1)	(128,3)	+ 53,6
(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção	768,3	638,3	+ 20,4	1.447,0	1.184,7	+ 22,1

2.2 Ambiente regulatório - revisão tarifária

2.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é no primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

2.2.2 Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Mato Grosso, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 26,8% a partir de 02/03/2015. Adicionalmente, em 8 de abril de 2015, foi concedido à Energisa Mato Grosso reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com redução média de 0,38% percebida pelos consumidores.

A Energisa Mato Grosso recebeu o montante de R\$ 8,1 milhões provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoeletrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados a Energisa Mato Grosso pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 95,2 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

2.3 Despesas operacionais

Em 6M15, as despesas operacionais totalizaram R\$ 1.516,8 milhões, aumento de 21,0% (R\$ 263,1 milhões) em relação aos 6M14. Desse total, as despesas controláveis apresentaram uma redução de R\$ 2,8 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 303,8 milhões no semestre, um incremento de 41,3%, decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável no país. A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Variação R\$ milhões	6M15	6M14	Variação R\$ milhões
1 Despesas controláveis	106,0	115,4	- 9,4	204,9	207,7	- 2,8
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	31,9	48,9	- 17,0	69,5	79,2	- 9,7
1.2 Material	11,5	9,7	+ 1,8	21,7	18,3	+ 3,4
1.3 Serviços de terceiros	62,6	56,8	+ 5,8	113,7	110,2	+ 3,5
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	553,6	348,0	+ 205,6	1.039,1	735,3	+ 303,8
3 Depreciação e amortização	26,5	28,7	- 2,2	54,9	57,1	- 2,2
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	(55,6)	46,3	- 101,9	(53,7)	69,7	- 123,4
5 Outras despesas/receitas	54,9	23,9	+ 31,0	74,5	55,6	+ 18,9
Subtotal	685,4	562,3	+ 123,1	1.319,7	1.125,4	+ 194,3
6 Custo de construção (*)	122,9	70,7	+ 52,2	197,1	128,3	+ 68,8
Total	808,3	633,0	+ 175,3	1.516,8	1.253,7	+ 263,1

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

2.4 Companhia reverte prejuízo e lucra R\$ 52 milhões no semestre

No segundo trimestre de 2015, a Energisa Mato Grosso lucrou R\$ 54,3 milhões, ante o lucro líquido de R\$ 19,8 milhões no 2T14, o que representa um aumento de 174,2%. Com esse desempenho, a Companhia reverte o prejuízo do 1T15, acumulando um lucro líquido de R\$ 52,0 milhões em 6M15, contra o prejuízo de R\$ 16,0 milhões registrado em igual período do ano passado. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 206,3 milhões em 6M15, contra os R\$ 133,0 milhões apurados em 6M14, incremento de 55,1%.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
(=) Lucro Líquido	54,3	19,8	+ 174,2	52,0	(16,0)	-
(-) Contribuição social e imposto de renda	(29,5)	9,7	-	(27,0)	8,1	-
(-) Resultado financeiro	0,9	(66,0)	-	(48,4)	(83,4)	- 42,0
(-) Depreciação e amortização	(26,5)	(28,7)	- 7,7	(54,9)	(57,1)	- 3,9
(=) Geração de caixa (EBITDA)	109,4	104,8	+ 4,4	182,3	116,4	+ 56,6
(+) Receita de acréscimos moratórios	13,4	8,5	+ 57,6	24,0	16,6	+ 44,6
(-) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	122,8	113,3	+ 8,4	206,3	133,0	+ 55,1
Margem do EBITDA Ajustado (%)	13,8	16,0	- 2,2 p.p	12,5	10,1	+ 2,4 p.p

2.5 Antecipação de dividendos

Com base nos resultados alcançados, o Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 29 de julho de 2015, deliberou distribuir dividendos intercalares do exercício de 2015, no montante de R\$ 14,5 milhões, à razão de R\$ 0,085295 por ação ordinária e preferencial. O pagamento foi efetuado a partir de 07/08/2015 e fizeram jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 30/07/2015, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

2.6 Dívidas e disponibilidades financeiras

A dívida líquida da Energisa Mato Grosso, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, debêntures, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 1.292,4 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.437,4 milhões em 30 de junho de 2015. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Mato Grosso em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, vis-à-vis as disponibilidades financeiras:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2015	31/12/2014
Curto Prazo	130,8	258,7
Empréstimos e financiamentos	76,1	79,6
Debêntures	14,9	46,7
Encargos de dívidas	3,0	2,9
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	4,7	5,9
Parcelamento de encargos setoriais	31,6	123,6
Parcelamento de compra de energia Itaipu	0,5	-
Longo Prazo	1.679,4	1.715,3
Empréstimos e financiamentos	725,1	754,5
Debêntures	440,3	447,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	12,2	11,7
Parcelamento de encargos setoriais	150,7	150,7
Parcelamento de compra de energia Itaipu	351,1	351,1
Total das dívidas	1.810,2	1.974,0
(-) Disponibilidades financeiras	372,8	681,6
Total das dívidas líquidas	1.437,4	1.292,4

3 Mercado de energia

No primeiro semestre de 2015 (6M15), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Mato Grosso, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 3.846,5 GWh (1.944,0 GWh no 2T15), incremento de 3,3% (aumento de 0,2% no 2T15) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pelas classes residencial e comercial, que cresceram 7,8% e 6,0%, respectivamente no semestre. A energia total distribuída em 6M15 foi de 4.335,9 GWh, ante os 3.848,2 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
1 Vendas de energia no mercado cativo	1.669,2	1.633,0	+ 2,2	3.288,0	3.121,6	+ 5,3
✓ Residencial	614,6	590,3	+ 4,1	1.234,1	1.145,0	+ 7,8
✓ Industrial	236,2	247,2	- 4,4	436,1	447,8	- 2,6
✓ Comercial	396,8	380,5	+ 4,3	785,1	740,8	+ 6,0
✓ Rural	200,8	207,8	- 3,4	407,0	394,2	+ 3,2
✓ Outras Classes	220,8	207,2	+ 6,6	425,7	393,8	+ 8,1
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	274,8	306,9	- 10,5	558,5	601,5	- 7,1
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.944,0	1.939,9	+ 0,2	3.846,5	3.723,1	+ 3,3
4 Suprimento de energia e não faturado	227,0	(0,9)	-	489,4	125,1	+ 291,2
5 Energia Total Distribuída (3+4)	2.171,0	1.939,0	+ 12,0	4.335,9	3.848,2	+ 12,7

Número de consumidores: A Energisa Mato Grosso encerrou o primeiro semestre de 2015 com 1.292.087 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,9% superior à registrada no fim de junho de 2014. Já o número de consumidores livres totalizou 87 no fim de junho de 2015.

Perdas de energia: em junho de 2015, as perdas de energia da Energisa Mato Grosso se situaram em 13,60%, contra 14,08% nos últimos doze meses encerrados em junho de 2014, redução de 0,48 ponto percentual.

4 Investimentos

Com foco na melhoria dos serviços prestados, a Energisa Mato Grosso investiu, no primeiro semestre de 2015, R\$ 213,7 milhões, ante os R\$ 103,7 milhões realizados em 6M14, um incremento de 106,1%.

5 Energisa Mato Grosso realiza amortização parcial extraordinária da 2ª emissão de debêntures

Em 7 de maio de 2015, a controlada Energisa Mato Grosso resgatou antecipadamente a totalidade das 100 (cem) debêntures remanescentes da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em treze séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia ("2ª Emissão"), referentes à 1ª série ("Debêntures Série CDI").

O valor unitário pago por cada debênture resgatada foi equivalente ao saldo do valor nominal unitário acrescido da atualização das Debêntures Série CDI, da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento da remuneração até a data de resgate antecipado, calculada nos termos do item 4.9 da Escritura da 2ª Emissão, perfazendo, assim, o montante total de R\$ 34,9 milhões pelo resgate antecipado das 100 (cem) Debêntures Série CDI. Com esse resgate antecipado não restam mais debêntures da 2ª emissão em circulação.

6 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Mato Grosso no primeiro semestre de 2015 foi de R\$ 279 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	30/6/2015	31/12/2014
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	70.202	130.640
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	302.551	550.962
Consumidores e concessionárias	543.322	440.277
Títulos de créditos a receber	7.968	9.259
Estoques	6.045	6.170
Impostos a recuperar	50.727	23.578
Ativos regulatórios	117.014	38.409
Instrumentos financeiros derivativos	5.560	-
Outros créditos	226.031	169.371
Total do circulante	1.329.420	1.368.666
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Consumidores e concessionárias	55.283	57.229
Títulos de créditos a receber	16.359	16.359
Impostos a recuperar	43.414	43.254
Créditos tributários	124.761	151.772
Cauções e depósitos vinculados	9.521	8.141
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.154
Contas a receber da concessão	976.526	878.868
Ativos regulatórios	201.556	151.968
Depósitos judiciais	1.853	2.075
Outros créditos	52.879	53.791
	1.482.152	1.366.611
Investimentos	2.704	2.850
Imobilizado	11.036	13.780
Intangível	1.696.028	1.650.965
Total do não circulante	3.191.920	3.034.206
Total do ativo	4.521.340	4.402.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	30/6/2015	31/12/2014
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	246.520	188.018
Encargos de dívidas	3.020	2.878
Empréstimos e financiamentos	71.122	75.443
Debêntures	14.847	46.745
Financiamento por arrendamento mercantil	4.969	4.142
Folha de pagamento	4.394	7.705
Tributos e contribuições sociais	119.163	94.413
Dividendos e JCP	104	17.169
Obrigações estimadas	17.473	12.793
Taxa de iluminação pública arrecadada	14.548	13.374
Benefícios a empregados - plano de pensão	2.386	2.369
Obrigações intrasetoriais	138.903	188.092
Incorporação de redes	100.000	100.019
Passivos regulatórios	133.384	11.684
Outras contas a pagar	76.778	16.701
Total do circulante	947.611	781.545
Não circulante		
Fornecedores	351.140	351.140
Empréstimos e financiamentos	690.481	722.748
Debêntures	440.262	447.307
Financiamento por arrendamento mercantil	34.602	31.783
Tributos e contribuições sociais	2.079	2.365
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	172.048	208.980
Benefícios a empregados - plano de pensão	10.155	9.346
Obrigações intrasetoriais	219.412	206.559
Incorporação de redes	170.880	152.577
Instrumentos financeiros derivativos	-	259
Passivos regulatórios	96.956	153.044
Outras contas a pagar	16.668	18.123
Total do não circulante	2.204.683	2.304.231
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.118.910	1.118.910
Reservas de lucro	53.783	53.783
Outros resultados abrangentes	(6.024)	(6.024)
Ajuste de avaliação patrimonial	141.667	150.427
Lucro/Prejuízo acumulado	60.710	-
Total do patrimônio líquido	1.369.046	1.317.096
Total do passivo e patrimônio líquido	4.521.340	4.402.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	6M15	6M14
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	2.187.914	1.430.102
Suprimento de energia elétrica	193.715	122.222
Disponibilidade do sistema elétrico	89.809	64.137
Receita de construção	197.126	128.335
Outras receitas	70.840	110.833
	2.739.404	1.855.629
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	495.265	349.555
PIS, Cofins e ISS	232.953	159.765
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	367.043	33.308
	1.095.261	542.628
Receita operacional líquida	1.644.143	1.313.001
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	69.546	79.150
Material	21.677	18.264
Serviços de terceiros	113.685	110.176
Energia elétrica comprada para revenda	943.392	685.825
Transporte de potência elétrica	95.696	49.433
Depreciação e amortização	54.901	57.052
Provisão para contingências /devedores duvidosos	(53.661)	69.678
Custo de construção	197.126	128.335
Outras despesas/receitas	74.421	55.816
	1.516.783	1.253.729
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	127.360	59.272
Receita (Despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	33.985	7.279
Acréscimo moratório de energia vendida	23.977	16.638
Variação monetária/cambial da dívida	8.494	20.783
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	29.044	15.202
Outras receitas financeiras	60.795	68.804
Encargos de dívidas - juros	(70.202)	(65.886)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(16.874)	(19.789)
(-) Transferência para obras em curso	(2.725)	-
Ajuste valor presente de ativos	(4.852)	(15.709)
Atualização financeira CVA	(32.977)	-
Outras despesas financeiras	(77.063)	(110.679)
	(48.398)	(83.357)
Resultado antes dos impostos	78.962	(24.085)
Contribuição social e imposto de renda	(27.012)	8.055
Lucro líquido do período	51.950	(16.030)
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	0,30	(0,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EMT"), nova razão social das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - Cemat, é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia S.A. ("REDE") - em "Recuperação Judicial", que por sua vez é integrante do GRUPO ENERGISA, que atua na de distribuição de energia elétrica além da geração própria de energia por meio de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange todo o Estado de Mato Grosso com 903.378 km², atendendo 1.292.087 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes) em 141 municípios. A alteração da razão social da Companhia foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 02 de fevereiro de 2015. A Companhia possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 25 de Outubro de 1994.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 15, 17, 27 e 35, respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de agosto de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - *Interim Financial Reporting* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014"), publicadas na imprensa oficial em 28 de março de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/06/2015	31/12/2014
CEF	CDB	31/01/2018	100,5% do CDI	12.546	22.846
CEF	Compromissada	30/12/2016 a 29/12/2017	101,5% do CDI	-	17.892
ITAU	CDB Autom	31/12/2015	20% do CDI	501	2.700
MODAL	CCB	29/04/2016	IPCA+2%	-	37.484
SANTANDER	CDB	24/05/2017	103,2% do CDI	2.745	-
				15.792	80.922
Caixas e depósitos bancários				54.410	49.718
				54.410	49.718
Total caixa e equivalente de caixa				70.202	130.640

b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/06/2015	31/12/2014
BRASIL (2)	CDB	23/09/2015 a 08/11/2017	95 a 97,5% do CDI	1.388	1.313
SANTANDER	CDB	30/12/2016	102,10% do CDI	8	8
CEF - LPT	CDB	22/08/2019 a 04/09/2019	100,5% do CDI	6.040	16.936
BRABESCO	Fundo Invest	30/12/2015	CDI	41.413	31.927
ITAU	CDB	22/01/2016	90% do CDI	1	1
ITAU - FDIC	Fundo Invest Dir Cred	29/12/2020	100% do CDI	22.057	23.150
Caixa FI Energisa (3)	LFT	01/03/2020	SELIC	6.925	1.340
Caixa FI Energisa (3)	NTN	15/05/2045	IPCA	-	2.530
Caixa FI Energisa (3)	DEBÊNTURES	15/04/2016	CDI+1,09% a 1,11%	-	1.894
Caixa FI Energisa (3)	DPGE (TAXA)	10/07/2015 a 18/04/2016	109,0% a 113,0% do CDI	6.372	19.890
Caixa FI Energisa (3)	DPGE (INDICE)	23/09/2015	IPCA	4.437	-
Caixa FI Energisa (3)	LF	25/04/2016 A 02/06/2017	106,0% a 109,0% do CDI	9.790	19.711
Caixa FI Energisa (3)	NTNF	01/01/2023	SELIC	14.996	-
Caixa FI Energisa (3)	NTNB	15/05/2045	SELIC	-	1.868
FIM Zona da Mata (3)	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 105% do CDI	2.099	46.645
FIM Zona da Mata (3)	DEBÊNTURES	10/07/2017 a 24/04/2022	100% do IPCA + 9,23%aa e 100% do CDI +1,55% a 2%aa	75.614	9.863
FIM Zona da Mata (3)	Compromissada	24/08/2015 a 14/11/2016	100,5% a 103,2% do CDI	601	116.496
FIM Zona da Mata (3)	DPGE	11/09/2015 a 21/12/2015	107,5% a 116% do CDI	13.080	34.296
FIM Zona da Mata (3)	LF	26/10/2015 a 18/08/2016	106,10% a 115,90% do CDI e PRÉ 10,61% a 12,21%aa	18.584	47.506
FIM Zona da Mata (3)	LFS	03/02/2017	PRÉ 14,01%	10.132	-
FIM Zona da Mata (3)	CCB	01/07/2015 a 24/05/2021	100% do CDI + 6,1677% a 20,13% aa	27.552	19.743
FIM Zona da Mata (3)	Nota Promissória	26/01/2015	CDI + 2,25%	-	37.361
FIM Zona da Mata (3)	Fundos de Renda Fixa	-	CDI	5.872	83.638
FIM Zona da Mata (3)	LFT	07/09/2015 a 01/03/2021	SELIC	28.471	18.500
FIM Zona da Mata (3)	NTN	01/07/2017 e 15/08/2018	IPCA e IGPM	7.119	1.874
FIM Zona da Mata (3)	Fundos de Crédito	-	Fundos de Crédito	-	14.472
FIM Zona da Mata (3)	Futuros	-	Futuros	-	-
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				302.551	550.962
Total Caixa e equivalentes de caixa e aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				372.753	681.602

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(2) Inclui R\$1.388 (R\$1.313 em 31 de dezembro de 2014) referente recursos vinculados a leilões de energia.

(3) Fundos de investimentos exclusivos: inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Depósito a prazo - DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LFS, LTN, NTNF, NTN-B e Fundos de crédito.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Saldos Vincendos (1)	Vencidos					30/06/2015	31/12/2014
		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		
Residencial	62.814	52.848	12.054	3.691	453	2.456	134.316	110.288
Industrial	47.751	10.004	1.787	758	1.284	8.562	70.146	51.525
Comercial	56.432	19.432	3.874	1.825	2.203	4.610	88.376	68.899
Rural	31.059	6.119	2.185	671	219	470	40.723	29.563
Poder público:								
Federal	3.477	2.216	745	382	136	62	7.018	5.071
Estadual	7.382	499	354	289	100	1	8.625	7.472
Municipal	7.480	1.502	1.243	277	46	8.585	19.133	16.914
Iluminação pública	429	708	121	165	105	9.967	11.495	11.538
Serviço público	9.065	6.049	2.798	2.199	3.600	79.097	102.808	91.606
Parcelamento energia (faturas novas)	40.098	3.589	2.797	3.130	14.763	77.763	142.140	139.738
(-) Ajuste a valor presente (2)	(799)	-	-	-	-	-	(799)	(899)
Subtotal - consumidores	265.188	102.966	27.958	13.387	22.909	191.573	623.981	531.715
Concessionárias (3)	277	-	-	-	-	-	277	39.968
Fornecimento não faturado	152.454	-	-	-	-	-	152.454	110.680
Redução de uso do sistema de distribuição	12.201	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros	30.705	2.995	923	491	9.382	-	44.496	40.065
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.416)	(830)	(10.009)	(6.727)	(22.736)	(178.086)	(234.804)	(237.123)
Total	444.409	105.131	18.872	7.151	9.555	13.487	598.605	497.506
Circulante							543.322	440.277
Não circulante							55.283	57.229

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.873 de 07 de abril de 2015), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL n.º 457 de 08 de novembro de 2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de junho de 2015, refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$277 (R\$39.968 em 31 de dezembro de 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2015	31/12/2014
Créditos vincendos	277	39.968
	277	39.968

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

7. Títulos de créditos a receber

	30/06/2015	31/12/2014
Processo execução de precatórios P M de Cuiabá (1)	50.258	50.258
Outros títulos a receber	9.593	10.884
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(35.524)	(35.524)
	24.327	25.618
Circulante	7.968	9.259
Não circulante	16.359	16.359

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo não circulante

- (1) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está em 15º lugar na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá, sendo que os 11 precatórios precedentes já se encontram integralmente provisionados (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia constituiu provisão de perda da atualização reconhecida anteriormente, assim o título ficou registrado pelo seu valor original. O valor de recebíveis vencidos há mais de 360 dias (considerando a regra acima de provisão da nota 8) e não provisionados em 30 de junho de 2015 é de R\$13.487 (R\$13.487 em 31 de dezembro de 2014), e refere-se ao valor de título precatório da Prefeitura Municipal de Cuiabá (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá).

Em 30 de junho de 2015, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2015
2015	7.968
2016	2.955
2017	3.023
2018	3.084
2019 em diante	7.297
Total	24.327

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/06/2015	31/12/2014
Saldo - inicial circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013	237.123	175.895
Complemento da provisão	20.682	95.936
Recuperação de perdas	5.823	3.162
Perdas no período/exercício	(28.824)	(37.870)
Saldo - final - circulante - 30/06/2015 e 31/12/2014	234.804	237.123

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes.
- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos:
 - ✓ Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
 - ✓ Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
 - ✓ Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias;

- ✓ Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos;
- ✓ Parcelamento energia – faturas novadas com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública, a Companhia avalia individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

9. Reajuste tarifário, revisão tarifária extraordinária e revisão tarifária periódica

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores, as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória n.º 1.873, de 07 de abril de 2015, aprovou o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 08 de abril de 2015. Foi aprovado o índice de reajuste tarifário anual médio de 31,20% a ser aplicado às tarifas da EMT, que corresponde a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de -0,38% sendo de 3,43% em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de -2,22% em média para aqueles conectados em Baixa Tensão (BT).

Revisão tarifária extraordinária:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país.

A Resolução Homologatória n.º 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, homologou o resultado da revisão gerando um efeito médio para os consumidores cativos de 26,8%, sendo 28,50% para os consumidores em alta tensão e 24,86% para os de baixa tensão.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Bandeiras tarifárias:

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo à CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL.

Revisão tarifária periódica:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos sendo a próxima revisão em abril de 2018. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.506, de 05 de abril de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 08 de abril de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 08 de abril de 2013, foi um aumento de 0,95%.

10. Tributos a recuperar

	30/06/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	39.952	40.134
Imposto de Renda retido na fonte	5.949	-
Imposto de Renda - IRPJ (2)	24.056	12.987
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL (2)	6.001	1.963
Contribuição do PIS e COFINS	17.726	11.292
Outros	457	456
	94.141	66.832
Circulante	50.727	23.578
Não circulante	43.414	43.254

(1) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível será recuperado em até 48 (quarenta e oito) meses. Está incluso nesta rubrica uma carta de crédito no montante de R\$19.924 adquirido junto ao estado de Mato Grosso. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT. Após a homologação, os créditos serão compensados com ICMS corrente;

(2) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2014 e anos-calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB após a homologação do parcelamento extraordinário.

11. Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	30/06/2015	31/12/2014
Parcela A (1)		
Energia elétrica comprada para revenda	223.327	131.846
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	41.394	37.668
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.398	3.681
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	34.042	1.253
Conta Consumo de Combustível - CCC	2.936	1.078
Sobrecontratação de energia (2)	-	13.434
Encargo de serviços de sistema - ESS (3)	4.340	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu Binacional	707	233
Componentes financeiros		
CUSD	-	4
Exposição de submercados	3.360	-
Outros itens financeiros	3.963	1.180
Neutralidade da parcela A (4)	103	-
	318.570	190.377
Circulante	117.014	38.409
Não circulante	201.556	151.968

Passivos regulatórios	30/06/2015	31/12/2014
Parcela A		
Energia elétrica comprada para revenda	38.241	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	34	-
Sobrecontratação de energia (2)	114.867	69.113
Encargo de serviços de sistema - ESS (3)	62.218	78.247
Componentes financeiros		
Outros itens financeiros	13.785	2.664
Neutralidade da parcela A (4)	1.195	14.704
Total	230.340	164.728
Circulante	133.384	11.684
Não circulante	96.956	153.044
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	88.230	25.649

Efeito na demonstração do resultado	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015
Receita operacional	88.905	55.761
Outras receitas financeiras	5.296	6.820
Total - resultado	94.201	62.581

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (2) **Repasso de sobrecontratação de energia (energia excedente):** O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga;
- (3) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários;

- (4) **Neutralidade:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

12. Outros créditos

	30/06/2015	31/12/2014
Eletrobrás Subvenção Baixa Renda (1)	4.234	6.543
Eletrobrás Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	133.082	90.092
Banco Daycoval (3)	102.985	102.985
(-) Provisão para perdas (3)	(102.985)	(102.985)
Outros créditos a Receber - CELPA - em "Recuperação Judicial" (4)	21.547	21.547
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA (4)	(7.652)	(8.356)
ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5)	11.246	11.246
Aquisição de combustível para conta CCC	23.488	12.663
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	31.265	25.617
Ordens de serviço em curso - Outros	6.385	4.276
Sub-rogação CCC (6)	37.871	42.857
Adiantamentos a fornecedores	6.212	7.025
Créditos a receber de terc-alienação de bens e direitos	8.721	8.099
Bloqueio Judicial	26	658
Outros	2.485	895
Total	278.910	223.162
Circulante	226.031	169.371
Não circulante	52.879	53.791

- (1) **Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social:** O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue abaixo a movimentação no período/exercício:

	30/06/2015	31/12/2014
Saldo - inicial circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013	6.543	5.831
Subvenção Baixa Renda	15.385	37.855
Ressarcimento pela Eletrobrás	(17.694)	(37.143)
(1) Saldo - final - circulante - 30/06/2015 e 31/12/2014	4.234	6.543

Em julho de 2015, foi recebido o montante de R\$2.292 referente à subvenção baixa renda.

- (2) **Subvenção CDE:** A Resolução Homologatória 1.421 da ANEEL, de 24 de janeiro de 2013, entre outras providências homologa valor mensal a ser repassado pela Eletrobrás à Companhia, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Segue abaixo a movimentação histórica dos descontos concedidos:

	30/06/2015	31/12/2014
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	394.381	299.196
Ressarcimento pela Eletrobrás	(261.299)	(209.104)
(2) Saldo - final - circulante - 30/06/2015 e 31/12/2014	133.082	90.092
Total Subvenções Eletrobrás (1) + (2)	137.316	96.635

Em julho de 2015, foi recebido o montante de R\$10.675 referente à subvenção CDE.

- (3) Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial”, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas desta acionista por antecipação, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medida judicial para a recuperação desse valor, que, atualmente, tramita perante o Juízo da Segunda Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá (Proc. 24768-64.2012.811.0041 - Numeração antiga 1.461/2012 - Código 771688). A ação foi julgada improcedente em 13 de dezembro de 2013, contra o que a Companhia apresentou recurso de apelação, em 04 de fevereiro de 2014. Os autos foram distribuídos ao Desembargador Relator, com o qual se encontram desde 04 de junho de 2014. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, está acompanhando o andamento do processo.
- (4) Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em “Recuperação Judicial”, oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensavam, que quitou perante às Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do saldo total de R\$68.813 que a Companhia tem direito, cerca de 69% (R\$47.266) foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A Companhia mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$7.652 (R\$ 8.356 em 31 de dezembro de 2014).
- (5) Créditos de ICMS adquiridos de gerador de energia elétrica, titular de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's), localizadas no Estado de Mato Grosso. Referidos créditos foram habilitados e registrados pela Companhia no sítio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, por meio de Pedido de Habilitação de Crédito, conforme procedimento disposto pela Secretaria. Posteriormente à habilitação e registro dos créditos, o Fisco Estadual notificou o gerador, e solidariamente a Companhia, questionando a validade do procedimento de habilitação dos créditos. Diante da notificação, a Companhia suspendeu o aproveitamento dos créditos até julgamento final dos recursos interpostos pelo gerador. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a efetiva compensação dos créditos, desde que possível.
- (6) Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:
- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$ 10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014 e R\$3.234 até 30 de junho de 2015, totalizando R\$35.275;
 - Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014 e R\$1.752 até 30 de junho de 2015, totalizando R\$2.967.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A Companhia tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/06/2015	31/12/2014
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	35.275	8.584	11.818
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	2.967	29.287	31.039
Total		97.301	76.113	38.242	37.871	42.857
Circulante (Principal)					9.182	12.386
Circulante (Variação IGP-M)					950	1.118
Total do Circulante					10.132	13.504
Não Circulante (Principal)					25.139	26.922
Não Circulante (Variação IGP-M)					2.600	2.431
Total do Não circulante					27.739	29.353

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A, (57,7% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Parapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A.

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A (EEVP) (68,27% do capital total), que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). Desde 11 de abril de 2014, a Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A BBPM passou a ser controlada pela Energisa (89,57%), que por sua vez também controla a JQMJ (99,99%).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

Relacionamento	Trimestre findo em:		Semestre findo em:		
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	
Transações de mútuos:					
Receitas financeiras	-	1.499	-	5.459	
Receita de uso da rede elétrica (1):					
Energisa Mato Grosso do Sul S.A.	Grupo Econômico	348	385	655	843
Custo na compra de energia elétrica (1):					
Tangará Energia S.A.	Grupo Econômico	-	(15.379)	-	(31.297)
Custo na prestação de serviços (2):					
Energisa Soluções S.A.	Grupo Econômico	(2.416)	-	(2.976)	-

Conforme disposto no artigo 2º da resolução autorizativa da ANEEL n.º 4.463/2013, a Energisa tinha que comprovar, em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o aporte dos recursos previstos no plano aprovado para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O aporte incluiu a quitação dos mútuos entre todas as empresas do Grupo Rede Energia.

Relacionamento		30/06/2015	31/12/2014
SALDOS ATIVOS			
Circulante			
Consumidores e concessionárias:			
Energisa Mato Grosso do Sul S.A.	Grupo Econômico	41	36
Total		41	36

Relacionamento		30/06/2015	31/12/2014
SALDOS PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores (1):			
Energisa Soluções S.A.	Grupo Econômico	-	358
Tangará Energia S.A.	Grupo Econômico	-	9.468
Total		-	9.826

(1) Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado, CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

(2) Contrato de prestação de serviços

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.

Remuneração dos Administradores

No período findo em 30 de junho de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$103 e da Diretoria foi de R\$1.249 (R\$1.139 em 30 de junho de 2014). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios da previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$103 (R\$61 em 30 de junho de 2014).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes foram de R\$44 e R\$2, (R\$41 e R\$2 30 em junho de 2014) respectivamente. A remuneração média no 2º trimestre de 2015 foi de R\$9 (R\$9 em 2014).

Na AGE de 29 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 no montante de R\$6.928 (R\$6.928 para o exercício de 2014).

14. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais.

Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	30/06/2015		30/06/2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes	-	-	(13.537)	(4.942)
Impostos diferidos - variação líquida	(19.876)	(7.136)	19.493	7.041
	(19.876)	(7.136)	5.956	2.099

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	30/06/2015		31/12/2014	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	30.866	7.717	-	-
Base negativa da CSLL	200.347	18.031	169.269	15.234
Provisões para riscos	177.572	60.374	208.975	71.051
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	381.212	129.612	386.587	131.439
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	96.644	32.859	105.330	35.812
Outras adições (exclusões) temporárias	45.541	15.484	47.003	15.981
Ativos Regulatórios - CVAs	(88.230)	(29.998)	(25.649)	(8.721)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações	(106.879)	(36.339)	(92.745)	(31.533)
Encargos sobre reserva de reavaliação	(214.646)	(72.979)	(227.915)	(77.491)
Totais - ativo não circulante	-	124.761	-	151.772

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Reconciliação para taxa efetiva	30/06/2015		30/06/2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	78.962	78.962	(24.085)	(24.085)
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	541	330	1.007	724
Multas indedutíveis	-	-	589	-
Doações	-	-	46	46
Outras	-	-	(48)	-
Subtotal	541	330	1.594	770
Base de cálculo dos impostos	79.503	79.292	(22.491)	(23.315)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Saldo apurado	(19.876)	(7.136)	5.624	2.099
Créditos sobre incentivos fiscais (PAT/doações dedutíveis)	-	-	332	-
Receita (despesa) com impostos	(19.876)	(7.136)	5.956	2.099
Taxa efetiva	25,17%	9,04%	24,73%	8,72%

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro de 2014 obteve aprovação do Ministério da Integração Nacional do seu pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023 e o deferimento de seu pedido junto à Receita Federal - Despacho Decisório nº 325/2015 - DRF/CBA, de 02 de fevereiro de 2015, consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. No período findo em 30 de junho de 2015, a Companhia não apurou base de cálculo de lucro de exploração.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário até o ano de 2024 conforme demonstrado abaixo:

Período	Realização dos Créditos (*)
2015	13.309
2016	28.321
2017	26.447
2018	22.089
2019	22.089
2020	22.089
2021 a 2024	63.396
Total	197.740

(*) Não considera a realização dos encargos da reserva de reavaliação.

15. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

Em abril de 2013, a Companhia concluiu o 3º Ciclo de revisão tarifária periódica (3CRTP), e o valor estimado de indenização foi ajustado com base no laudo utilizado para determinação da base de remuneração regulatória até 2018.

Esse direito está classificado como disponível para venda no grupo de ativo não circulante. Em 30 de junho de 2015, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/06/2015	31/12/2014
Ativo financeiro custo corrigido - 31/12/2014 e 31/12/2013	878.868	737.080
Adições no período/exercício (*)	71.120	123.628
Baixas no período/exercício	(2.506)	(6.198)
Subtotal	947.482	854.510
Atualização contas a receber da concessão - VNR	29.044	24.358
Ativo financeiro custo corrigido -30/06/2015 e 31/12/2014	<u>976.526</u>	<u>878.868</u>

(*) Transferência do intangível para o grupo de contas a receber da concessão.

16. Investimentos

A Companhia mantém ativos não inclusos na base de remuneração tarifária, destinados à locação conforme abaixo:

Movimentação	30/06/2015	31/12/2014
Investimentos	2.850	3.100
Depreciação acumulada	(146)	(250)
Investimentos - 30/06/2015 e 31/12/2014	<u>2.704</u>	<u>2.850</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.320	1.327
Terrenos	1.384	1.384
Outros investimentos	-	139
	<u>2.704</u>	<u>2.850</u>

17. Imobilizado e Intangível

	30/06/2015	31/12/2014
Imobilizado	11.036	13.780
Intangível - contrato de concessão	1.696.028	1.650.965
Total	<u>1.707.064</u>	<u>1.664.745</u>

Imobilizado e Intangível - contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A mutação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 31/12/2014	Adições(*)	Baixas (**)	Amortização	Transferências	Saldo 30/06/2015
Intangível:						
Em serviço:						
Geração	9.042	-	(191)	-	-	8.851
Distribuição	3.318.679	-	(24.833)	-	93.641	3.387.487
Comercialização	5.079	-	-	-	(3.627)	1.452
Administração	84.033	-	(1.028)	-	16.347	99.352
Subtotal em serviço	3.416.833	-	(26.052)	-	106.361	3.497.142
(-) Amortização						
Geração	(5.231)	-	148	(199)	-	(5.282)
Distribuição	(1.381.349)	-	14.173	(82.960)	(2.678)	(1.452.814)
Comercialização	(3.903)	-	(1)	(48)	2.678	(1.274)
Administração	(49.852)	-	753	(4.125)	-	(53.224)
Subtotal amortização	(1.440.335)	-	15.073	(87.332)	-	(1.512.594)
Em Curso:						
Geração	394	1.087	-	-	-	1.481
Distribuição	423.395	178.892	(71.900)	-	(89.961)	440.426
Comercialização	-	128	(74)	-	(53)	1
Administração	4.844	33.567	(592)	-	(16.347)	21.472
Subtotal em curso	428.633	213.674	(72.566)	-	(106.361)	463.380
Total - Intangível	2.405.131	213.674	(83.545)	(87.332)	-	2.447.928
(-) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público						
Em Serviço	(866.335)	(9.511)	-	-	(5.341)	(881.187)
Amortização	227.417	-	-	23.412	-	250.829
Em curso	(115.248)	(13.079)	1.445	-	5.341	(121.541)
Total Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	(754.166)	(22.590)	1.445	23.412	-	(751.899)
(+) Imobilizado						
Em Serviço	38.658	-	-	-	-	38.658
Amortização	(24.878)	-	-	(2.745)	-	(27.623)
Total - Imobilizado	13.780	-	-	(2.745)	-	11.035
Total Geral	1.664.745	191.084	(82.100)	(66.665)	-	1.707.064

(*) As adições totalizaram no período R\$191.084, sendo R\$206.508 referentes às adições de obras em curso, R\$7.166 referentes à movimentação de material em estoque, R\$(9.511) referentes à violação de metas nas obrigações especiais em serviço e R\$(13.079) referentes às adições em curso, de obrigações especiais.

(**) As baixas totalizaram no período R\$82.100, sendo R\$71.121 transferido para o ativo financeiro (bifurcação) e R\$10.979 referentes às baixas operacionais realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada foi de 3,95% (3,95% em 31 de dezembro de 2014).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2015	31/12/2014
Contribuições do consumidor	217.460	219.857
Participação da União - recursos CDE	19.767	19.554
Participação do Governo do Estado	9.153	8.643
Participação dos Municípios	4.463	4.461
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	491.080	481.063
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	446	441
Universalização do serviço público de energia elétrica	426.215	420.893
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	44.458	36.091
Outros	99.368	87.672
(-) Amortização acumulada	(250.829)	(227.417)
Total	1.061.581	1.051.258
Alocação:		
Contas a receber da concessão	309.682	297.092
Infraestrutura - Intangível em serviço	630.358	638.918
Infraestrutura - Intangível em curso	77.083	79.157
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	44.458	36.091
Total	1.061.581	1.051.258

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em abril de 2008, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em 08 de abril de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais.

Em 30 de junho de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$44.458 (R\$36.091 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Reavaliação Espontânea

A Companhia procedeu em 2005 a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2005 aprovou a nomeação de empresas especializadas e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, no qual constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31 de maio de 2005, conforme detalhado a seguir:

	Laudo de avaliação	Valor residual	Incremento (redução)
Geração	183.051	112.947	70.104
Transmissão	1.795	2.677	(882)
Distribuição	1.208.244	815.424	392.820
Administração	43.444	37.265	6.179
Total	1.436.534	968.313	468.221
Impostos diferidos			(156.358)
Reavaliação anterior			150.728
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas/reversão)			(320.924)
Reserva de reavaliação própria registrada no patrimônio líquido em 30/06/2015			<u>141.667</u>

O efeito da realização da reavaliação no resultado no período findo em 30 de junho de 2015, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$8.760 (R\$8.229 em 30 de junho de 2014), líquido dos efeitos tributários.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 30 de junho de 2015, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

18. Fornecedores

	30/06/2015	31/12/2014
Suprimento:		
Contratos Bilaterais (1)	541.374	477.458
Uso da rede básica (1)	-	3.436
Energia livre	7.860	7.860
Combustível (2)	135	665
Materiais e serviços e outros (3)	48.291	49.739
Total	597.660	539.158
Circulante	246.520	188.018
Não Circulante	351.140	351.140

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Do montante, R\$351.677 (R\$351.140 em 31 de dezembro de

2014) representa parcelamento dos débitos com Eletrobrás referente ao repasse Itaipu, consolidado em agosto de 2014 em 60 parcelas, com taxa de juros de 115% do CDI, sendo nas 24 primeiras amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o principal.

Movimentação ELB repasse Itaipú	30/06/2015
Parcelamento	351.140
Juros	23.511
Amortização	(22.974)
Total	351.677
Circulante	537
Não Circulante	351.140

- (2) Refere-se à aquisição de combustível da CCC - Conta de Consumo de Combustível, para as Usinas Térmicas da Guariba, Paranorte e Rondolândia.
- (3) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014
ELETROBRAS - 4º Tranche - ECF 235/2008	-	6.609	27.539	34.148	37.453
ELETROBRAS - IRD - ECF 991/96	4	49	303	356	380
ELETROBRAS - 1º Tranche - ECFS 029/2004	-	3.796	316	4.112	6.011
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 139/2006	-	7.634	13.360	20.994	24.811
ELETROBRAS - 3º Tranche - ECF 189/2007	-	5.373	17.909	23.282	25.968
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 2600/2006	-	10.297	27.458	37.755	42.903
ELETROBRAS - 5º Tranche - ECF 0276/2009	-	9.182	52.033	61.215	65.806
ELETROBRAS - ECF 3162/2014	-	-	144.187	144.187	144.187
FIBRA/BTG	18	1.977	-	1.995	7.971
FIDC	2.635	-	351.415	354.050	353.871
JP MORGAN	33	14.857	13.619	28.509	35.960
SAFRA	-	66	-	66	107
SANTANDER	305	-	32.000	32.305	32.270
Total em moeda nacional	2.995	59.840	680.139	742.974	777.698
MERRILL LYNCH	25	11.282	10.342	21.649	23.371
Total em moeda Estrangeira	25	11.282	10.342	21.649	23.371
Total	3.020	71.122	690.481	764.623	801.069

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2015, as exigências contratuais não foram cumpridas para o contrato CCB Fibra/BTG, porém a Companhia obteve carta de waiver até esta data. O contrato vence em 11 de agosto de 2015.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2015:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
ELETROBRAS - 4º Tranche - ECF 235/2008	30/08/2020	Mensal	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	3,00%
ELETROBRAS - IRD - ECF 991/96	15/08/2022	Trimestral	Livre de Garantias	313	PRÉ	8,00%	4,00%
ELETROBRAS - 1º Tranche - ECF 029/2004	30/07/2016	Mensal	Recebíveis	146	PRÉ	6,00%	3,00%
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 139/2006	30/03/2018	Mensal	Recebíveis	144	PRÉ	6,00%	3,00%
ELETROBRAS - 3º Tranche - ECF 189/2007	30/10/2019	Mensal	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	3,00%
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 2600/2006	28/02/2019	Mensal	Recebíveis	146	PRÉ	7,00%	3,50%
ELETROBRAS - 5º Tranche - ECF 0276/2009	28/02/2022	Mensal	Recebíveis	143	PRÉ	6,00%	3,00%
ELETROBRAS - RENEG. ECF 3162/2014	29/11/2019	Mensal	Recebíveis	60	SELIC	0,00%	5,99%
FIBRA/BTG	11/08/2015	Mensal	Cessão Subrogação CCC Proj Comodoro+Aval	60	CDI	4,43%	8,14%
FIDC	01/11/2034	Mensal	Recebíveis	240	TR	7,00%	4,14%
JP MORGAN	26/05/2017	Mensal	Recebíveis	53	CDI	2,00%	6,92%
SAFRA	15/04/2016	Mensal	Livre de Garantias	59	URTJLP	3,90 a 6,50%	7,95 a 9,25%
SANTANDER	06/06/2019	Mensal	Recebíveis + Aval	60	CDI	2,28%	7,06%
MERRILL LYNCH (*)	04/05/2017	Mensal	Fiança	32	LIBOR	1,50%	1,02%

(*) Possui swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2015	31/12/2014
US\$ x R\$	16,81%	13,39%
TJLP	6,00%	5,00%
SELIC	5,99%	10,90%
CDI	5,92%	10,81%
TR	0,64%	0,86%
LIBOR	0,27%	0,16%

Em 30 de junho de 2015, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2015
2016	46.151
2017	107.860
2018	91.244
2019	69.377
2020	13.637
Após 2020	362.212
Total	690.481

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/06/2015	31/12/2014
Saldo em 31/12/2014 e 31/12/2013	801.069	957.988
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	378.246
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	38.111	79.703
Pagamento de principal	(40.172)	(535.957)
Pagamento de juros	(34.385)	(78.911)
Saldo em 30/06/2015 e 31/12/2014	<u>764.623</u>	<u>801.069</u>
Circulante	74.142	78.321
Não circulante	690.481	722.748

20. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

Descrição	2ª Emissão	5ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública
Data de emissão	15/04/2010	15/05/2014
Data de vencimento	15/05/2017	17/05/2021
Garantia	Flutuante	Flutuante
Rendimentos	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 2,28%
TIR (taxa efetiva de juros)	1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,7%	13,08%
Quantidade de títulos	250	45000
Valor na data de emissão	1.000.000	10.000
Títulos em circulação	250	45000
Carência de Juros	6 meses	6 meses
Data de repactuação	01/08/2012	-
Amortizações/parcelas	Mensal 250.000.000	Mensal após a carência 450.000.000

	2ª Emissão	5ª Emissão	Total
Saldos em 30/06/2015 (1)	-	455.109	455.109
Circulante	-	14.847	14.847
Não circulante	-	440.262	440.262
Saldos em 31/12/2014 (1)	40.430	453.622	494.052
Circulante	40.430	6.315	46.745
Não circulante	-	447.307	447.307

(1) Inclui R\$3.180 (R\$3.647 em 31 de dezembro de 2014) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de junho de 2015, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2015
2016	44.652
2017	89.466
2018	89.647
2019	89.825
2020	90.012
após 2020	36.660

Total 440.262

Seguem as movimentações ocorridas nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Descrição	30/06/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	494.052	287.777
Novas emissões de debêntures- 5ª emissão	-	450.000
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	34.070	67.524
Pagamento de principal	(40.190)	(257.072)
Pagamento de juros	(32.823)	(54.177)
Saldos em 30/06/2015 e 31/12/2014	<u>455.109</u>	<u>494.052</u>
Circulante	14.847	46.745
Não circulante	440.262	447.307

21. Financiamento por arrendamento mercantil

Operações	Total	
	30/06/2015	31/12/2014
HP - 04365ER14V6	-	27
Total em moeda nacional	-	27
CESSNA FINANCE (1)	39.571	35.898
Total em moeda Estrangeira	<u>39.571</u>	<u>35.898</u>
Total	<u>39.571</u>	<u>35.925</u>
Circulante	4.969	4.142
Não Circulante	34.602	31.783

(1) Contratos com incidência de Caução no montante de R\$9.521 em 30 de junho de 2015 (R\$8.141 em 31 de dezembro de 2014), contabilizado na rubrica Cauções e Depósitos Vinculados.

A Companhia possui aeronave no montante de R\$ 10.805 (R\$ 13.531 em 31 de dezembro de 2014), líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, que possui cláusulas de opção de compra, com prazo de duração de 10 anos e taxas de juros conforme abaixo:

Condições contratuais do arrendamento mercantil em 30 de junho de 2015:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR(Taxa efetiva de juros)
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	PRÉ	6,75%	3,38%

Durante o período findo em 30 de junho de 2015, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$2.726 (R\$2.726 em 30 de junho de 2014), como despesa de depreciação e de R\$1.352 (R\$1.151 em 30 de junho de 2014) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos. O saldo residual do ativo em 30 de junho de 2015 é R\$10.805 (R\$ 13.531 em 31 de dezembro de 2014).

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$39.571 (R\$35.898 em 31 de dezembro de 2014), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 30 de junho de 2015 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2015
2015	2.447
2016	5.131
2017	5.486
2018	5.866
2019	6.272
2020	14.369
Total	39.571
Circulante	4.969
Não Circulante	34.602

Seguem as movimentações ocorridas nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Descrição	30/06/2015	31/12/2014
Saldo em 31/12/2014 e 31/12/2013	35.925	35.149
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	7.517	6.696
Pagamento de principal	(2.442)	(3.573)
Pagamento de juros	(1.429)	(2.347)
Saldo em 30/06/2015 e 31/12/2014	39.571	35.925
Circulante	4.969	4.142
Não circulante	34.602	31.783

22. Tributos e Contribuições Sociais

22.1. Impostos e contribuições sociais correntes

	30/06/2015	31/12/2014
ICMS	86.396	63.507
Encargos sociais	1.407	3.702
PIS / COFINS	26.987	10.299
IRPJ/CSLL	-	10.531
IRRF	604	696
Outros	1.427	2.144
Total I	116.821	90.879
Circulante	116.821	90.879

22.2. Parcelamentos de impostos

	30/06/2015	31/12/2014
ICMS (1)	4.421	5.681
ICMS	-	218
Total II	4.421	5.899
Circulante	2.342	3.534
Não circulante	2.079	2.365
Total Geral - Circulante	119.163	94.413
Total Geral - Não Circulante	2.079	2.365

- (1) Em setembro de 2013, a Companhia consolidou junto a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, parcelamento de ICMS sobre a demanda contratada de energia elétrica, conforme Processo 597481-2013 em 36 parcelas mensais e consecutivas. O valor de cada parcela será atualizada pelo IGP-DI, sendo a primeira parcela paga em 13 de setembro de 2013 e a última será paga em agosto de 2016.

Segue a movimentação do parcelamento:

ICMS	30/06/2015	31/12/2014
Saldo inicial em 31/12/2014 e 31/12/2013	5.899	8.090
Novo Parcelamento	-	734
Juros	439	668
Amortização	(1.917)	(3.593)
Saldo em 30/06/2015 e 31/12/2014	4.421	5.899

23. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/06/2015
Trabalhistas	26.112	3.488	(10.545)	1.025	20.080
Cíveis	144.392	30.337	(55.311)	8.259	127.677
Fiscais	38.476	11.000	(27.412)	2.227	24.291
Total	208.980	44.825	(93.268)	11.511	172.048

A Companhia possui depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$1.853 (R\$2.075 em 31 de dezembro de 2014) dos quais R\$1.023 (R\$2.019 em 31 de dezembro de 2014) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Foram pagos no período R\$10.910 (R\$19.825 em 31 de dezembro de 2014) referentes a condenações e acordos judiciais.

As reversões das provisões cíveis devem-se principalmente a acordos realizados no período cujas discussões de eventuais danos envolvendo a distribuição de energia elétrica, como corte indevido de fornecimento, inscrição indevida (SPC/Serasa), cancelamento/revisão de fatura de irregularidade de consumo; ressarcimento de danos elétricos, entre outros. As provisões fiscais referem-se à baixa de processos de cobrança indevida de diferencial de alíquota de ICMS pela SEFAZ no trimestre atual cujo valor estimado até o trimestre anterior era de R\$26.612.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras e reflexos, equiparação salarial, acidente de trabalho, sobreaviso e reaviso, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

As ações de natureza cíveis se referem, a discussões por danos envolvendo a distribuição de energia elétrica, como corte indevido de fornecimento, inscrição indevida (SPC/Serasa), cancelamento/revisão de fatura de irregularidade de consumo; ressarcimento de danos elétricos, entre outros.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$373.426 (R\$447.695 em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Seguem comentários dos consultores jurídicos da Companhia referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$30.522 (R\$29.054 em 31 de dezembro de 2014) têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$142.327 (R\$141.927 em 31 de dezembro de 2014), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$200.577 (R\$276.714 em 31 de dezembro de 2014), referem-se basicamente, aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) na figura de substituto tributário dos municípios, entre outros.

24. Obrigações intrassetoriais e Incorporação de Redes

24.1 Taxas Regulamentares

	30/06/2015	31/12/2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	51.725	51.686
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	17.083	68.264
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	13.490	53.906
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	152.563	103.044
Total	234.861	276.900
Circulante	84.142	126.181
Não circulante	150.719	150.719

Em 12 de agosto de 2014, o parcelamento dos débitos em atraso da RGR e CDE foi consolidado em 60 parcelas, com aplicação da taxa Selic, sendo nas 24 primeiras, amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais, será amortizado o principal. Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas com incidência da variação mensal da taxa de juros Selic.

Segue a movimentação no período/exercício:

Movimentação	30/06/2015	31/12/2014
Parcelamento RGR, CDE, CCC e PROINFA	273.747	332.869
Juros	12.903	12.746
Amortização	(104.362)	(71.868)
Total Parcelamento	182.288	273.747
Quota corrente - CDE	52.573	3.153
Total Geral	234.861	276.900

24.2 Obrigação do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 12.212, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 20 de janeiro de 2010, respectivamente.

	30/06/2015	31/12/2014
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	808	629
Ministério de Minas e Energia - MME	404	80
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	41.373	37.185
Programa de Eficiência Energética - PEE	80.869	79.857
Total	123.454	117.751
Circulante	54.761	61.911
Não Circulante	68.693	55.840

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Total das obrigações intrasetoriais (taxas regulamentares e obrigação do PEE)	30/06/2015	31/12/2014
Circulante	138.903	188.092
Não Circulante	219.412	206.559

24.3 Incorporação de Redes

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, nº 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, nº 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de

atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Conforme art. 7º da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013, o prazo de que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa nº. 229, de 8 de agosto de 2006, passou a ser 31 de dezembro de 2016.

As incorporações de redes particulares em 30 de junho de 2015 montam em R\$270.880 (R\$252.596 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$100.000 estão classificados como circulante (R\$100.019 em 31 de dezembro de 2014). O aumento do valor a ser pago ao consumidor ocorreu em função do aumento de novos projetos a incorporar além da atualização dos saldos já constituídos.

25. Outras contas a pagar

	30/06/2015	31/12/2014
Bandeiras tarifárias (1)	59.044	-
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	12.201	12.201
Auto de infração	9.595	7.440
Adiantamento de consumidores	1.735	3.135
Encargos tarifários	3.628	3.641
Arrecadação de terceiros a repassar	814	746
Outros credores	6.429	7.661
	93.446	34.824
Circulante	76.778	16.701
Não circulante	16.668	18.123

(1) Valor a pagar proveniente da aplicação das bandeiras tarifárias pela distribuidora que será revertido ao Fundo CDE, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

26. Patrimônio líquido

26.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$1.118.910 (R\$1.118.910 em 31 de dezembro de 2014) e está representado por 58.782 mil ações ordinárias e 111.546 mil ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000.000 de ações, sendo até 4.092.176.000 em ações ordinárias e até 1.907.824.000 em ações preferenciais.

26.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos a serem pagos às ações preferenciais terão um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre aqueles pagos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, foi aprovado os dividendos relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$17.025 que pagos entre março e maio de 2015.

Abaixo estão demonstradas as movimentações relativas ao período/exercício findos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Movimentação	30/06/2015	31/12/2014
Dividendos e JCP:		
Saldo no início do período/exercício - dividendos e JCP	17.169	19.625
Dividendos propostos no exercício	-	17.025
Dividendos/JCP pagos	(17.065)	(19.481)
Saldo dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) no final do período/exercício	104	17.169

27. Receita operacional

	30/06/2015				30/06/2014			
	Não revisada pelos auditores independentes		01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015	Não revisada pelos auditores independentes		01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	995.038	1.234.055	437.999	782.693	954.450	1.144.996	280.758	523.918
Industrial	22.915	436.135	224.797	371.056	21.715	447.800	142.849	255.682
Comercial	95.820	785.051	304.399	533.399	92.551	740.802	197.783	371.259
Rural	164.200	407.039	115.134	238.125	160.572	394.197	70.989	127.977
Poder Público:	11.779	168.880	62.344	102.853	11.590	153.998	39.272	69.175
Federal	851	31.370	12.421	20.752	855	27.213	7.595	13.459
Estadual	2.747	75.098	23.377	38.096	2.720	67.457	14.168	24.939
Municipal	8.181	62.412	26.546	44.005	8.015	59.328	17.509	30.777
Iluminação Pública	824	163.139	28.401	47.974	757	147.171	16.099	30.753
Serviço Público	1.220	88.804	40.420	70.041	1.197	87.564	17.814	33.475
Consumo Próprio	291	4.901	-	-	291	5.127	-	-
Subtotal	1.292.087	3.288.004	1.213.494	2.146.141	1.243.123	3.121.655	765.564	1.412.239
Suprimento	-	491.889	89.163	193.715	-	114.294	59.436	122.222
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(2.519)	(7.768)	41.773	-	10.781	7.293	17.863
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	558.520	52.512	89.809	-	601.489	35.582	64.137
Receita de Construção (1)	-	-	122.927	197.126	-	-	70.692	128.335
Ativos e passivos regulatórios (2)	-	-	88.905	55.761	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	7.666	15.079	-	-	66.082	110.833
Total - receita operacional bruta	1.292.087	4.335.894	1.566.899	2.739.404	1.243.123	3.848.219	1.004.649	1.855.629
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	282.737	495.265	-	-	191.226	349.555
PIS	-	-	23.592	41.521	-	-	15.295	28.482
COFINS	-	-	108.664	191.247	-	-	70.448	131.189
ISS	-	-	162	185	-	-	54	94
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	3.840	6.980	-	-	2.983	5.787
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	157.719	208.369	-	-	9.459	15.816
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, FNDCT e MME	-	-	3.840	6.980	-	-	2.983	5.787
Bandeiras tarifárias	-	-	90.209	136.347	-	-	-	-
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	4.983	8.367	-	-	3.161	5.918
Total	-	-	675.746	1.095.261	-	-	295.609	542.628
Total - receita operacional líquida	1.292.087	4.335.894	891.153	1.644.143	1.243.123	3.848.219	709.040	1.313.001

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção;

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no resultado do exercício de 2014 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

28. Despesas operacionais

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais		Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e Administrativas	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014
Energia elétrica comprada para revenda	486.413	-	-	-	-	486.413	327.860
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	67.161	-	-	-	-	67.161	20.135
Pessoal e administradores	-	21.377	-	4.937	4.684	30.998	48.236
Entidade de previdência privada	-	668	-	96	142	906	655
Material	-	10.146	-	50	1.281	11.477	9.653
Serviço de terceiros	-	30.402	-	14.870	17.330	62.602	56.780
Depreciação e amortização	-	22.932	-	-	3.558	26.490	28.666
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(5.055)	-	(5.055)	21.577
Provisão para riscos	-	-	-	-	(50.560)	(50.560)	24.761
Custo de construção	-	-	122.927	-	-	122.927	70.692
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	917	917	984
Outros (1)	-	12.923	-	20.907	13.667	47.497	7.627
Total	553.574	98.448	122.927	35.805	(8.981)	801.773	617.626

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais		Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e Administrativas	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014
Energia elétrica comprada para revenda	943.392	-	-	-	-	943.392	685.825
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	95.696	-	-	-	-	95.696	49.433
Pessoal e administradores	-	42.360	-	6.562	18.900	67.822	77.687
Entidade de previdência privada	-	1.212	-	142	370	1.724	1.463
Material	-	19.202	-	85	2.390	21.677	18.264
Serviço de terceiros	-	59.213	-	29.815	24.657	113.685	110.176
Depreciação e amortização	-	48.031	-	-	6.870	54.901	57.052
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(2.319)	-	(2.319)	25.910
Provisão para riscos (1)	-	-	-	-	(51.342)	(51.342)	43.768
Custo de construção	-	-	197.126	-	-	197.126	128.335
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	1.826	1.826	2.118
Outros (2)	-	8.009	-	27.329	22.107	57.445	15.683
Total	1.039.088	178.027	197.126	61.614	25.778	1.501.633	1.215.714

(1) Provisão de contingências judiciais R\$48.443 e outras provisões R\$2.899

(2) Outros - Custo de Operação: Inclui o valor de (R\$11.389) referente a reembolso de geração térmica conforme Lei 12.111/2009

28.1. Energia elétrica comprada para revenda

	30/06/2015			30/06/2014		
	MWh (**)	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015	MWh (**)	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014
		R\$	R\$		R\$	R\$
Energia de Itaipú - Binacional	683.544	116.618	172.049	668.540	41.800	81.293
Energia de leilão	1.236.916	86.966	293.781	766.419	113.480	248.970
Energia bilateral	1.913.456	264.073	453.592	1.781.187	180.984	349.323
Cotas de Angra REN 530/12 (*)	122.100	13.877	23.851	121.607	9.118	17.984
Energia de curto prazo - CCEE	-	32.689	53.059	-	(442)	35.602
Cotas Garantia Física-Res.Homol.ANEEL 1410 - Anexo I	441.083	9.905	17.120	440.161	7.104	14.351
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	77.838	11.307	22.615	71.483	11.735	23.470
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	(8.124)	-	(4.539)	(24.169)
Ressarcimento Bandeira Tarifária (2)	-	(683)	(683)	-	-	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	(48.339)	(83.868)	-	(31.380)	(60.999)
Total	4.474.937	486.413	943.392	3.849.397	327.860	685.825

(*) Contempla valor da REN 1585/2013.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

- (1) Através do Decreto Presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a junho de 2015, a ANEEL já homologou os valores para a Companhia, através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$8.124 (R\$24.169 em 30 de junho de 2014).

Os valores referentes aos despachos de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

- (2) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país. A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passaram a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. No período foram contabilizados R\$683, como redutor de energia comprada, e R\$136.347 em fornecimento de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a maio de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 583 de 04 de março de 2015	(7.735)
Fevereiro	Despacho nº 829 de 30 de março de 2015	(15.006)
Março	Despacho nº 1.356 de 04 de maio de 2015	(23.397)
Abril	Despacho nº 1.743 de 29 de maio de 2015	(30.482)
Maiο	Despacho nº 2.131 de 30 de junho de 2015	(29.516)
Junho	Valor a ser homologado (provisão)	(29.528)
Total		(135.664)

29. Outros resultados

	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	292	338	-	-
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(6.843)	(17.490)	(6.498)	(20.984)
Provisões /reversões não operacionais	-	3.179	(8.360)	(15.455)
Outras receitas	430	1.572	498	1.295
Outras despesas	(389)	(2.749)	(1.048)	(2.871)
Total	(6.510)	(15.150)	(15.408)	(38.015)

30. Receitas e despesas financeiras

	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014
Receitas financeiras:				
Renda de aplicação financeira no mercado aberto	11.742	26.667	-	-
Renda de aplicação financeira equivalente de caixa	1.280	7.318	5.603	7.279
Mútuo com partes relacionadas	-	-	1.499	5.459
Juros ativos	241	305	3.589	11.174
Variação monetária/cambial da dívida (1)	6.567	8.494	7.439	20.783
Acréscimos moratórios	13.338	23.977	8.548	16.638
Operações de swap	1.183	5.239	-	-
Ajuste marcação a mercado - swap	235	310	-	-
Juros atualização contas a receber da concessão - VNR	15.474	29.044	(560)	15.202
Ajuste a valor presente	2.738	5.655	3.440	16.628
Juros ativo regulatório	23.566	39.798	-	-
Outras receitas financeiras	2.535	9.488	10.767	35.543
Total das receitas financeiras	78.899	156.295	40.325	128.706
Despesas financeiras:				
Encargos da dívida	(35.641)	(70.202)	(35.621)	(65.886)
Variações monetárias/cambial da dívida (1)	(4.685)	(16.874)	(5.059)	(19.789)
Juros/multas	3.530	(42.550)	(54.791)	(86.901)
Operações de swap	(2.519)	(2.633)	-	-
Ajuste marcação a mercado - swap	-	(92)	-	-
Ajuste a valor presente	(1.573)	(4.852)	(3.046)	(15.709)
Encargos financeiros - parcelamento da lei nº 11.941/2009	-	-	(3.166)	(6.636)
Atualização projetos PEE - P&D	(2.591)	(5.367)	(2.518)	(4.503)
Juros passivo atuarial	(405)	(810)	(1.244)	(1.659)
Juros passivo regulatório	(18.270)	(32.977)	-	-
Outras despesas financeiras	(15.830)	(28.336)	(789)	(10.980)
Total das despesas financeiras	(77.984)	(204.693)	(106.234)	(212.063)
Resultado financeiro	915	(48.398)	(65.909)	(83.357)

(1) Considera o saldo dos encargos de dívida das notas explicativas nº 19, 20 e 21 (não considera o valor positivo de R\$1.116 referente aos encargos de caução da aeronave Cessna)

31. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/06/2015	31/12/2014
Vida em Grupo	31/12/2015	R\$78.908	231	180
Riscos Operacionais	23/10/2015	R\$36.051	291	291
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	R\$30.000	1.384	1.384
Frota	30/11/2015	LMI R\$300 / Danos morais R\$60	222	222
Aeronáutico (Casco)	30/11/2015	R\$170.537	67	67
Aeronáutico (RETA)	30/11/2015	R\$850	2	2
Transportes	30/11/2015	R\$2.000	73	73

Vida em Grupo: Cobertura Básica-Morte, Indenização Especial de Morte por Acidente, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e Invalidez por Doença - Funcional.

Riscos Operacionais: a apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito na apólice.

Responsabilidade Civil Geral: cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais. Trata-se de apólice corporativa.

Automóveis: cobertura de colisão, incêndio e roubo (casco) e de danos materiais, corporais e morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Aeronáutico casco/LUC: Casco: garantia ao segurado na perda e/ou avaria da aeronave. LUC - Limite Único Combinado: é o reembolso das obrigações que o segurado vier a ser obrigado a pagar judicialmente ou por acordo previamente autorizado pela seguradora, por danos pessoais e/ou materiais e transportados e/ou não transportados.

Transportes: cobertura garantindo os reparos ou a reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	70.202	70.202	130.640	130.640
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	302.551	302.551	550.962	550.962
Consumidores e concessionárias	598.605	598.605	497.506	497.506
Títulos de créditos a receber	24.327	24.327	25.618	25.618
Conta a receber da concessão	976.526	976.526	878.868	878.868
Instrumentos financeiros derivativos	5.560	5.560	2.895	2.895
Ativos regulatórios	318.570	318.570	190.377	190.377

PASSIVO	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	597.660	597.660	539.158	539.158
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e encargos de dívidas	1.259.303	1.259.303	1.331.046	1.331.046
Parcelamento de tributos	4.421	4.421	5.899	5.899
Taxas regulamentares	234.861	234.861	276.900	276.900
Passivos regulatórios	230.340	230.340	164.728	164.728

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 2ª e a 5ª emissão de debêntures da Companhia.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	30/06/2015	31/12/2014
Dívida (1)	1.259.303	1.331.046
Caixa e equivalentes de caixa	(70.202)	(130.640)
Dívida Líquida	<u>1.189.101</u>	<u>1.200.406</u>
Patrimônio Líquido (2)	<u>1.369.046</u>	<u>1.317.096</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,87</u>	<u>0,91</u>

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19, 20 e 21.

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14,14%	296.171	-	156.062	195.078	-	647.311
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,20%	99.285	114.695	587.620	430.877	879.929	2.112.406
Parcelamento de tributos	14,27%	1.802	1.171	2.079	-	-	5.052
Taxas regulamentares	14,27%	57.582	-	66.986	83.733	-	208.301
Passivos regulatórios	14,27%	263.210	-	-	-	-	263.210
Total		<u>718.050</u>	<u>115.866</u>	<u>812.747</u>	<u>709.688</u>	<u>879.929</u>	<u>3.236.280</u>

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras semestrais foi:

	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	70.202	130.640
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	302.551	550.962
Consumidores e concessionárias	598.605	497.506
Títulos de créditos a receber	24.327	25.618
Ativos regulatórios	318.570	190.377
Conta a receber da concessão	976.526	878.868
Instrumentos financeiros derivativos	5.560	2.895

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11, 15 e 32.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 19 a nº 21, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2015, com alta de 16,81% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,1026/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2015 era de 17,57%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 30 de junho de 2015 de R\$1.262.483 (R\$1.334.693 em 31 de dezembro de 2014), R\$61.220 (R\$59.269 em 31 de dezembro de 2014) estão representados em dólares:

- (i) US\$12,75 milhões de empréstimo com o Cessna Finance (US\$12,75 milhões de principal), cujo saldo no final do período, incluindo juros monta em R\$39,6 milhões e
- (ii) US\$6,98 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$6,97 milhões de principal), cujo saldo no final do período, incluindo juros monta em R\$21,6 milhões.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa do financiamento junto o Bank of America Merrill Lynch, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida no instrumento descrito a seguir:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro/Taxa	Vencimento	Limitador
Loan 4131				
BAML	6.970		04/05/2017	-
P. Ativa		Libor + 1,50%		
P. Passiva		CDI + 1,45%		

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que esta operação poderá ter sua proteção reestruturada e mesmo seu prazo alongado a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2015	31/12/2014		30/06/2015	31/12/2014
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-LIBOR	21.802	23.418
Swap Cambial	15.891	20.036	Posição Passiva		
BAML			Taxa de Juros CDI	(16.242)	(20.523)
			Posição Total	5.560	2.895

O Valor Justo dos derivativos contratados em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras semestrais):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros					
Swap com opções	-		1.020	(4.175)	(9.371)
Posição Ativa -Moeda Estrangeira - LIBOR	21.802		20.782	25.977	31.173
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI	(16.242)	Alta US\$	(16.242)	(16.242)	(16.242)
Subtotal	5.560		4.540	9.735	14.931
Total Líquido - ganhos (perdas)	-		5.560	5.560	5.560

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2015, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$5.560, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria positivo de R\$5.560 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,64% ao ano e TJLP = 6% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	318.343	Alta do CDI	10.597	13.091	15.529
Subtotal	318.343		10.597	13.091	15.529
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(21.649)	Alta do CDI	(690)	(853)	(1.013)
	(521.098)	Alta do CDI	(17.518)	(21.640)	(25.671)
	(67)	Alta da TJLP	(1)	(1)	(2)
Subtotal	(542.814)		(18.209)	(22.494)	(26.686)
Total	(224.471)		(7.612)	(9.403)	(11.157)

(*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2015 (14,14% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2015, TJLP 6,50% ao ano.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/06/2015	31/12/2014
Ativos			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	70.202	130.640
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	302.551	550.962
Consumidores	2	598.605	497.506
Título de crédito a receber	2	24.327	25.618
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.560	2.895
Ativos regulatórios	3	318.570	190.377
Contas a receber da concessão	3	976.526	878.868

33. Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação

de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 30 de junho de 2015, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.724 (R\$1.463 em 30 de junho de 2014).

Plano de saúde

A Companhia patrocina plano de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego. No período findo em 30 de junho de 2015, as despesas com o plano de saúde foram de R\$5.070 (R\$4.253 em 30 de junho de 2014).

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2048	631.504	1.311.453	1.336.903	1.458.429	1.560.198	18.322.566

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de junho de 2015, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

35. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 10 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica em 141 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013. Vide detalhes sobre a renovação de concessões na nota explicativa nº1.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. De acordo com tais contratos, as concessões nas atividades de geração de energia elétrica da Companhia são as seguintes:

Concessão de usinas térmicas	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW (*)	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 3 Usinas Termelétricas, são elas: Guariba, Paranorte e Rondolândia.	4,00	1,44	10/12/1997	10/12/2027

(*) Não revisado pelos auditores independentes

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,25% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da Companhia.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No período/exercício findo em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/06/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais	141.630	207.623
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativo	71.120	123.628
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	29.044	24.358
Cauções e depósitos - empréstimos	-	37.418
Fornecedores - Intangível	10.112	22.219
Incorporação de rede - intangível	31.354	-
Atividades de Investimentos	41.466	22.219
Imobilizado e Intangível	41.466	22.219
Atividades de Financiamentos	-	37.418
Empréstimos e Financiamentos	-	37.418

37. Eventos Subsequentes

Em 29 de julho de 2015, foi deliberado o pagamento de dividendos intercalares do exercício de 2015, com base no resultado até 30 de junho de 2015, correspondentes a R\$14.528 à razão de R\$0,085295 por ação ordinária e preferencial. O pagamento será efetuado a partir de 07 de agosto de 2015.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.
Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br